

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

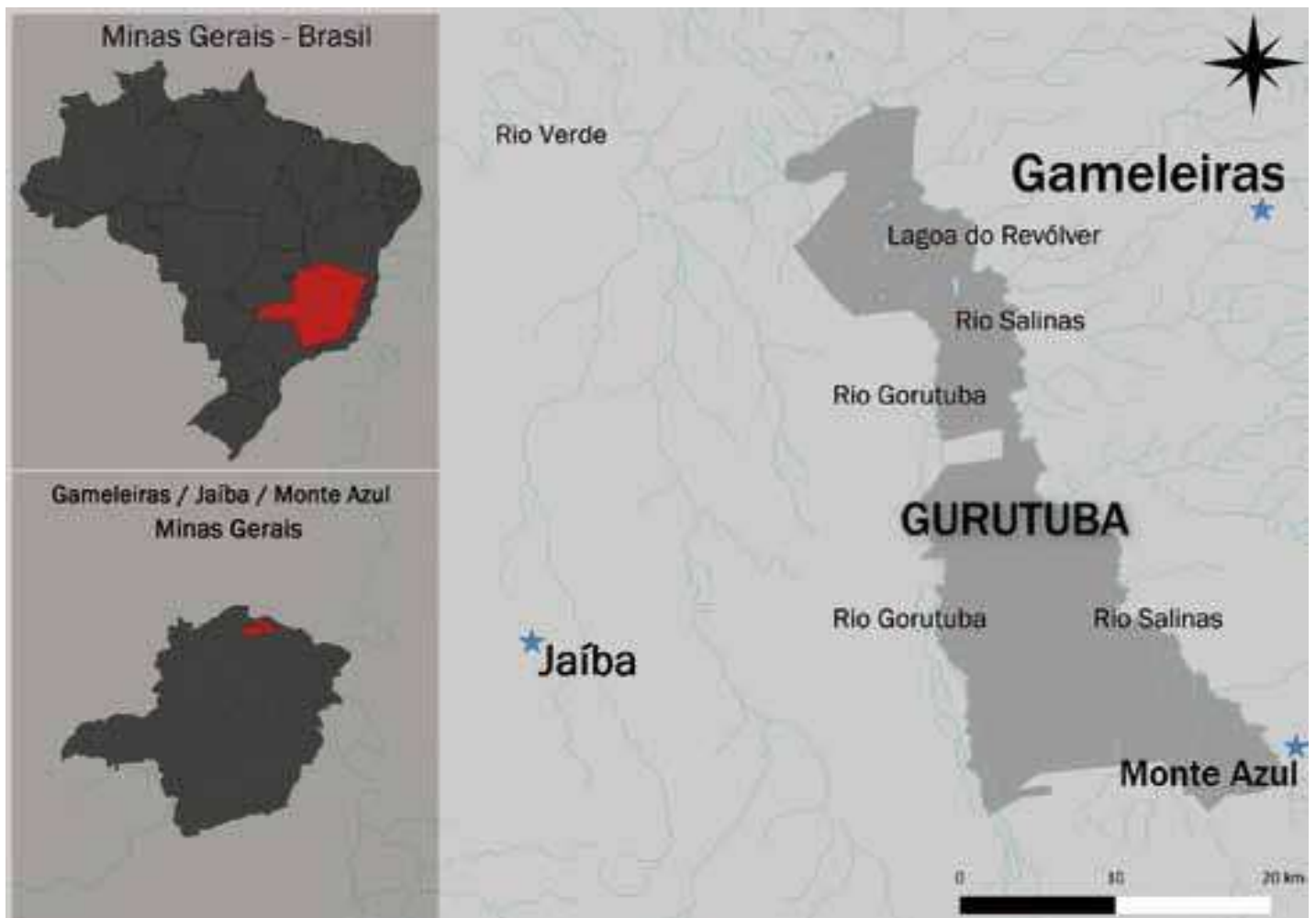
A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola do Gurutuba

O Quilombo do Gurutuba está situado nas terras da Fazenda Ramalhudo-Mártires, no Vale do Rio Gurutuba, norte de Minas Gerais. É formado por cerca de 5 mil quilombolas espalhados em 32 localidades na confluência dos municípios de Pai Pedro, Porteirinha, Jaíba, Janaúba, Gameleiras, Catuti e Monte Azul. Atualmente, apenas 3% de seu território tradicional, de aproximadamente 47 mil hectares, mantêm-se em posse dos gurutubanos, descendentes de índios tapuias e de negros escravizados que se rebelaram contra a opressão nas atividades de mineração do ouro e pecuaristas no alto e médio São Francisco nos séculos 17 e 18.

Um dos primeiros gurutubanos proprietários de terras foi o negro Tomaz de Aquino Pimentel, que dividiu suas terras entre seus filhos, e esses entre os seus filhos, e assim sucessivamente, por gerações.



“Ramalhudo é um mundo, moço, a Bahia évem, aí que faz a divisa. Daí pra cá é Ramalhudo. É Minas mas é Ramalhudo. Pra lá é Bahia. Ramalhudo é grande demais. Nos tempo antigo quem mandava aí era um tal de Tomaz Pimentel. Eu nem conheci, ele morava aí nos Mártires. Tem a Lagoa do Mangue, onde ele morava. Meu pai mostrou a casa véia onde ele morava. Ele tinha uma fazenda lá no brejo, um canavial no brejo”, conta o Sr. Nicolau, um dos mais antigos moradores do quilombo.

Profundos conhecedores de seu território tradicional, os gurutubanos preservam múltiplos conhecimentos acumulados ao longo de gerações sobre a vegetação da caatinga e da mata seca e sobre os animais da região, valendo-se desses recursos para a alimentação, para a construção de moradias, para a fabricação de utensílios e para o preparo de medicamentos. **Com uma percepção refinada da geografia local, inacessível mesmo aos cientistas que se dedicam ao estudo do semiárido mineiro, os gurutubanos classificam a imensa planície entremeada pelos rios Gorutuba, Verde e Pacuí em quatro grandes unidades: o capão, o carrasco, o complexo furado e a vazante.** Uma classificação que, apesar de desvendar as particularidades de cada uma dessas áreas, com suas limitações e suas potencialidades, foi desconsiderada quando foi elaborado um “Mapa de recursos vegetais” da região.

Nesse mapa, o capão e o carrasco ficaram reduzidos a alguns pontos com potencial lenheiro baixo, médio ou alto, ou com algum potencial madeireiro. No saber gurutubano, porém, o capão e o carrasco têm muitas outras possibilidades, incluindo a produção agrícola, a criação de animais e o extrativismo pela coleta de plantas medicinais,



Córrego no Quilombo do Gurutuba

frutíferas, mel e madeira para fins diversos, de espécies como a aroeira, o jatobá, a sucupira e o imbuzeiro. Sendo os terrenos de maior fertilidade de toda a região, os capões são priorizados pelos gurutubanos, que neles constroem suas moradias e plantam suas hortas e suas roças de milho e de feijão-gurutuba (também conhecido como feijão catador, feijão-fradinho ou feijão-bacamarte), além de abóboras, amendoim, melancia, andu e batata-doce, entre outras culturas. “Capão é onde água não alcança; vargem é lugar que enche de água e na seca abaixa”, explica o Sr. Rufino, de Gado Velhaco.

Já nos carrascos, os gurutubanos soltam gado, caçam e plantam mandioca. “Agreste dá no carrasco”, observa o Sr. Rufino. No complexo furado, também denominado de furados, onde normalmente se acumulam águas das chuvas e formam-se pastagens com facilidade, os gurutubanos cultivam arroz e mandioca, bem como, eventualmente, milho e feijão-gurutuba. “O pai não gostava de plantar roça perto de casa. Ele dizia: ‘Pra fartura, tem que plantar longe. O melhor lugar para plantar era na beira do furado: milho, feijão. No meio, o arroz. No carrasco, catador e maniva”, detalha o Sr. Mariano, também de Gado Velhaco. Na vazante, por fim, delimitada pelo regime das cheias, atingindo em alguns locais de dois a quatro quilômetros de largura, os gurutubanos soltam animais, onde pastejam sobretudo no período de seca, e em alguns casos fazem o plantio de bengo.

Em vista desses múltiplos recursos e possibilidades, pode-se ter a falsa impressão de que o Quilombo do Gurutuba ocupa um local privilegiado de Minas Gerais, mas, na verdade, **a comunidade situa-se em uma das zonas de maior aridez do estado, com solos de baixa fertilidade. Não por acaso, dezenas de projetos agropecuários na região financiados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) desde os anos 1970 foram à falência.** Projetos que nunca contemplaram os gurutubanos, muito menos se valeram de seus saberes sobre os ciclos de chuva e de seca; sobre o regime das águas; sobre o cultivo de espécies agrícolas; sobre o manejo de animais nas áreas de pastagens cultivadas e nas áreas de solta; sobre a caça, a coleta e a pesca em seu território tradicional.



Rio Gorutuba



Vage

Crenças e costumes

Única comunidade majoritariamente negra da região, os gurutubanos diferenciam-se dos grupos sociais vizinhos por suas crenças e costumes ancestrais, como a utilização da agricultura de furado – uma tecnologia própria de otimização da fertilidade do solo – e a preferência pelo casamento com pessoas próximas, geralmente primos, muitas vezes por arranjos familiares. “Casei com 15 anos. O pai arrumou o casamento”, diz Dona Santa, de Barroca. Cristãos, os gurutubanos conjugam ritos do catolicismo popular, como a folia de reis e as novenas, com práticas de origem bantu. Devotos de santos católicos, também respeitam as entidades que regulam os recursos naturais, como a mãe d’água e o caboclo d’água. “Nas enchentes, a gente tinha muito medo de mexer na água, de atravessar o rio, por causa dos caboclos d’água. Remava devagar”, conta o Sr. Nelson, de Canudo.



Uma das marcas identitárias mais fortes dos gurutubanos é seu batuque tradicional, presença obrigatória nos ritos religiosos e festas da comunidade. Ao som de tambores e caixas, dança-se em círculo com um casal no meio. De tempos em tempos, os pares vão se alternando, até que todos tenham dançado. **Quanto mais habilidade, leveza e destreza ao gingar o corpo sapateando, mais bonito e animado o batuque, no qual os gurutubanos também cantam versos desafiadores ou de festejos.** Nos casamentos, é tradicional as mulheres dançarem com um pote de barro na cabeça quebrando-o ao fim do batuque.

Outro sinal da identidade gurutubana é sua diferenciação de outros grupos sociais também marginalizados pelos grandes fazendeiros da região: os geraizeiros e os caatingueiros. Situados na encosta da Serra do Espinhaço e no gerais, os geraizeiros vivem de um modo tradicional, em comunidades relativamente fechadas. Os caatingueiros, por sua vez, ocupam os contrafortes da Serra do Espinhaço, em áreas mais férteis, com melhores condições de produção e de comercialização. Já os gurutubanos, expropriados de quase todo o seu território tradicional, acabaram ficando com as terras menos férteis.

Uma adversidade enfrentada com coragem e persistência pelos quilombolas, o que apenas fez aumentar o respeito e a admiração que se tem por eles na região. “(Os gurutubanos são) um povo negro, vaqueiros bons, que, vestidos de gibão de couro e facão na cintura, eram capazes de rasgar carrascos dominados por unha de gato, cruzeta, espora de galo em busca de gado em arribada onde ninguém ousaria se meter”, afirma João da Lavrinha, pecuarista da beira da Serra do Espinhaço.

Breve história do Quilombo

Autossuficientes por cerca de dois séculos, os gurutubanos mantiveram-se praticamente isolados e à margem do Estado brasileiro até os anos 1950, quando enfim a malária, a que eram imunes, foi erradicada das matas da bacia do Rio São Francisco, durante o governo do presidente Dutra (1946-1951). Um fato ainda lembrado pelos mais velhos: “A mulherada foi fazer pescada. Quando viemos do rio, tinha uma vargem, vimos uma rastaria, nem de sapato a gente usava. Pegou suspeito, a meninada amoitou no mato com a mulherada. Aí fui na frente, vi aqueles com chapéu de alumínio, botas. Eram os xeringadôs. Foram os primeiros brancos que vi”, lembra o Sr. Nelson, referindo-se aos primeiros funcionários públicos que entraram no território gurutubano, em ação sanitária para desinfecção da região.

Pouco depois da erradicação da malária na bacia do São Francisco, grileiros e posseiros começaram a chegar ao território gurutubano, expropriando amplas faixas de terras da comunidade. Foi o tempo que os quilombolas mais velhos denominam de *carrancismo*: o tempo da violência, dos desmandos, quando seus pais e seus avós foram forçados a vender ou a entregar suas terras. “Teve lugar aqui na serra que o povo trocou tiro. Teve lugar que fizeram despejo. No Pacuí, fizeram despejo”, conta o Sr. Nelson. “A princípio os mais velhos aqui tinham as posse da terra e muitos deles tinham documento, mas foram deixando tudo em aberto, não fizeram o arrolamento das terras, não foram receber nem



Dona Etelvina e Sr. Francisco, da Comunidade Jacaré Grande, município de Janaúba
[à esq.] Sr. Julião Garcia, da Comunidade Taperinha, município de Pai Pedro



Sr. Cristiano, da Comunidade Laureana; Dona Santa Alegre de Oliveira, da Comunidade Barroca, munic. de Pai Pedro; Sr. Gonçalo, da Comunidade Gorgulho, Porteirinha; Dona Avelina Rodrigues de Oliveira, Comunidade Canudos, Jaíba

formar partilha nem nada, não pagaram imposto nem nada. Aí ficou como que ao vento. Aí aonde eles acharam um jeito de entrar. Que se todo mundo tivesse as terras legalizadas de documento, né? Os antigos...”, lamenta o Sr. Julião Garcia de Faria, de Taperinha.

“Eu custei para ver”, confessa um dos membros da comunidade. “A gente estava aqui com cem alqueires, que a gente ainda tem a escritura aqui do lugar. Quando eu comprei isso aqui riscou, riscou largo e cortou estréio... Aí agora o finado foi Moacir Silva, Antonio Silva, veio me vender para nós aqui escritura, né? Ele tem muita terra na Fazenda Ramalhudo. Aí foi, nós tudo

aqui esta região compramos, né? Já tendo aquele direitinho para morar e o restante compramos na mão deles... Mas quando nós terminamos de comprar chegou o Zé Cides dizendo que o terreno aqui era dele, que ele tinha comprado na mão de um sobrinho de Moacir, tinha comprado do Paulinho.” “Esse Paulinho roubou mais ainda”, diz um dos quilombolas de Gurutuba. “Comprou um terreno aí, da Dona Vitória, até uma curandeira, e daí ele pegou esse mundo aí fora. Lá no gerais ele tinha não sei quantos mil hectares. Tudo roubado.”

“Quando a gente veio para aqui, eu era rapazinho de menor, para trabalhar nessa questão de terra que ele lutava com isso”, lembra outro quilombola do Gurutuba, ex-contratado de um dos fazendeiros da região. “Ele comprava, vamos supor, dois alqueires. Naquela época não conhecia hectare, né? Era tarefa, alqueire... Vamos supor que ele comprava dois alqueires e cercava cinquenta. Então era a prática dele. (...) chegava assim e comprava minha parte, vamos supor. Depois ele ia e ajeitava esse documento, daí ele chegava e colocava os outros para desocupar: ‘Olha, esse aqui é meu, eu comprei, está aqui o documento, desocupa’. E a pessoa começava a resistir ali, mas não aguentava a pressão dele não, inclusive ele andou matando algumas pessoas, né? E o pessoal, a gente tinha medo, falou ‘ele entrou na terra’ o pessoal já desocupava. Alguns só que enfrentavam”, conta o quilombola.

“Na época que ele mexia com grilagem de terra, ele colocava era os fardos de bala, sacos de 60 quilos”, revela um membro da comunidade. “Ele tinha cem homens, cada um tinha uma arma que ele dava. Muitos nem sabiam pegar na arma, mas ele dava uma arma para cada pessoa. Cada um tinha que ir para o serviço, tinha que levar a sua ferramenta e levar também uma arma. Para ele a confiança era isso.” “O fazendeiro chegava aí com cinco, seis jagunços, fora a turma que ele usava para amedrontar o pessoal, também para ajudar na parte de pistoleiro...”, completa o quilombola. “Tinha muitos que ajudavam com medo, tinham medo dele e ajudavam a invadir. A primeira coisa

que ele fazia numa terra em que ele entrava era matar a criação e correr com o pessoal.”

Feita a invasão das terras com o auxílio de jagunços e de pistoleiros, o passo seguinte era registrá-las em cartório, muitas vezes com a ajuda de funcionários mal intencionados, que se aproveitavam do fato de que os quilombolas não sabiam ler e escrever. “Na época de 69 chegou um Zé Cides, que disse que Moacir estava vendendo umas terras aqui... Ai, ai, ai! Não tinha terras do Moacir para vender aqui não”, conta um morador de Taperinha. “Na época, o Moacir se dizia dono”, lembra outro quilombola. “Era o dono do cartório. Doutor comprava direto 10 ha, e cercava outro tanto. É o que aconteceu aqui.” “Às vezes você tinha cem alqueires de terra e levava para ele levar para você (ao cartório)”, diz um quilombola de Gurutuba, atento ao fato de que um hectare é quase cinco vezes menor que o alqueire mineiro. “Agora lá, o que ele fazia? De cem alqueires, os coitados aqui não sabiam, ele passava para cem hectares para você e o outro ele segurava para ele. Quando é no dia de amanhã que você ia lá e falava: ‘Não, coronel, cadê a terra?’ ‘Não, aqui o papel ó, cem hectares, cem hectares...’ Aí agora você falava: ‘Vixe, estou rico, tem é terra!’. Mentira. Eram cem alqueires, mas ele só pôs cem hectares para você.”

Fato revelador, já em 30 de junho de 1952, um grupo de oito pretensos proprietários de terras gurutubanas deu entrada no Fórum da Comarca de Monte Azul a ação de divisão e demarcação de terras da Fazenda Ramalhudo-Mártires. A ação foi julgada em 29 de agosto de 1974, quando já constavam mais de 3.200 requerentes, que na petição inicial alegaram ser “senhores e legítimos possuidores (das terras), por justos títulos e aquisições legais”. Na sequência, foi contratado um agrimensor para dividir as terras, sendo ele nomeado curador para representar os ausentes. Em prejuízo dos gurutubanos, o prazo para apresentação de documentos foi prorrogado e novos condôminos se habilitaram a reivindicar a posse das terras.

Tratava-se, porém, de um processo desorganizado e altamente suspeito, por exemplo pelo fato de as folhas dos autos estarem sem

numeração, o que poderia dar margem a fraudes, como advertiu o então juiz substituto da Comarca de Monte Azul. Além disso, o escrivão substituto do Primeiro Ofício era um dos condôminos requerentes. Não surpreende, portanto, que ainda nos anos 1970 o Estado de Minas Gerais tenha contestado a ação, alegando que tais terras eram devolutas – ou seja, terras públicas sem destinação pelo poder público, não sendo patrimônio particular – e que, sendo assim, não poderiam ser divididas.

Degradação ambiental e miséria das comunidades

Para piorar a situação dos gurutubanos, depois de expropriados de grande parte de seu território tradicional, o Estado iniciou uma verdadeira revolução agroindustrial no sertão mineiro, com a implantação de uma série de projetos tanto federais quanto estaduais visando à integração da região na economia nacional e à eliminação dos bolsões de pobreza. **Desconsiderados como cidadãos plenos de seus direitos, os gurutubanos foram mantidos à margem de todo esse processo, ficando ainda mais vulneráveis à ação dos grileiros e dos fazendeiros.** Aproveitando-se da situação, os grandes proprietários da região, já bem estabelecidos e contando com os benefícios infraestruturais advindos dos investimentos públicos, como a construção da Barragem do Bico da Pedra, nas imediações de Janaúba, concentraram suas atividades na pecuária extensiva, comprometendo a fauna e a flora de toda a região. Nos últimos anos, adotaram como principal atividade econômica a fabricação de carvão, com sérias consequências socioeconômicas, como a inviabilização da vida camponesa e da pequena propriedade.

Com menos acesso às águas, que foram “privatizadas” rio acima para serem utilizadas na irrigação de culturas para exportação, e com menos opções da flora e da fauna locais, dado o assoreamento dos rios e a substituição da biodiversidade por campos de pastagens



homogêneas, os gurutubanos se viram privados de muitos de seus recursos naturais. “O que faz o peixe é a água. Antigamente o peixe tinha liberdade de viajar, ele tinha movimento”, lembra o Sr. Nelson. “Hoje, se quiser comer peixe, tem que ir a Monte Azul”, diz o Sr. Clemente, de Pacuí II. “O caso das abelhas é o caso do rio. As abelhas precisam de madeira, árvore. Tinha três abelhas num pau só. Hoje não tem madeira, as abelhas também acabaram”, lamenta o Sr. Cristiano, de Taperinha.

A diminuição das espécies animais nos vales do Rio Gurutuba e do Rio Verde Grande como resultado da degradação ambiental é assustadora. Em 1970, de 87 espécies animais locais, 78 eram abundantes; em 2005, apenas 31 se mantinham em quantidades consideráveis, 12 já não eram encontradas nos vales e algumas, como o tamanduá-bandeira e o tamanduá-mirim, estavam em áreas isoladas, em vias de extinção. Como consequência desse quadro alarmante, restringiram-se drasticamente as opções de caça das comunidades tradicionais da região, entre as quais a do Quilombo do Gurutuba, que já vinha sofrendo com o menor acesso a áreas de plantio e com a diminuição da pesca. Obrigado a agir, o Estado mais uma vez adotou uma medida desastrosa: as denominadas “políticas públicas de segurança alimentar”, alheias aos saberes e costumes locais.

Por meio dessas políticas, frequentemente idealizadas por burocratas que nem ao menos conhecem a população a que se destinam, o Estado distribui cestas básicas e merenda escolar aos necessitados do sertão norte-mineiro, entre os quais os antes independentes gurutubanos. No entanto, além de não atender com tais políticas a

todas as famílias empobrecidas da região, o poder público novamente ignora com elas as potencialidades produtivas locais e os hábitos alimentares das comunidades tradicionais, que assim ficam obrigadas a consumir produtos industrializados doados pelo governo, em vez de consumir produtos frescos adquiridos com o suor do próprio trabalho, como o fizeram os gurutubanos por dois séculos.

Como consequência de toda essa catástrofe socioeconômica e ambiental no semiárido mineiro nas últimas décadas, a miséria se espalhou por toda a região, onde o índice de mortalidade infantil é alto. **Para agravar o quadro dos gurutubanos, não há postos de saúde nem a presença de profissionais do Programa Saúde da Família nos arredores da Fazenda Ramalhudo-Mártires, onde a anemia falciforme, a desnutrição infantil e a doença de Chagas são sérios problemas, assim como o alcoolismo.** Sintomaticamente, em meados dos anos 2000, em visita oficial ao Vale do Gurutuba, a caravana do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Minas Gerais (Consea/MG) ficou espantada com a precariedade e a pobreza dos quilombolas. “Nós, gurutubanos, caminhamos numa penúria desgraçada, no meio das terras que eram nossas, caminhamos no meio do boi gordo. Para eles não falta comida nem água. Nós estamos pior que os bois. Essa comida que eles comem nenhum de nós tem em casa, essa fartura”, indigna-se Liobino Quaresma Franco, vice-coordenador da Associação Quilombola do Gurutuba.

Os gurutubanos no século 21: mobilização e rede de apoio

Orgulhosos de sua história e cientes de sua condição quilombola, os gurutubanos não se deixaram vencer pela situação desesperadora no semiárido mineiro e, com o objetivo de reconquistar seu território tradicional, fundaram em 2003 a Associação Quilombola do Gurutuba, cuja primeira presidente foi a Sra. Faustina Santana,

da comunidade de Picada, no município de Pai Pedro. A Associação tornou-se referência para os gurutubanos e, entre outras iniciativas, promove **assembleias, visitas comunitárias e a capacitação permanente de lideranças para o diálogo com o poder público e com os fazendeiros locais, que ainda hoje se valem de pistoleiros para fazer prevalecer suas vontades e desmandos.**

Sem se amedrontar diante dessa truculência e cada vez mais mobilizados, os gurutubanos ganharam ampla visibilidade nos últimos anos, contando atualmente com uma extensa rede de apoio, formada por instituições como o Centro de Agricultura Alternativo do Norte de Minas (CAA-NM), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, a Cáritas Regional, as dioceses de Montes Claros e Janaúba, a Associação Casa de Ervas Barranco da Esperança e Vida (Diocese de Porteirinha), o Comitê de Solidariedade da Serra Geral do Banco do Brasil, o Comitê de Solidariedade da SuperMinas Banco do Brasil, a Universidade Católica de Brasília, a Federação Estadual de Quilombos e a Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (Conaq). Portanto, o povo gurutubano definitivamente não se vê mais isolado e marginalizado no sertão norte-mineiro, como acontecia décadas atrás.

Como resultado da união dos gurutubanos e do apoio que a comunidade vem recebendo de diversos setores da sociedade brasileira, no fim de 2013, após mais de 10 anos de luta, foi finalmente aprovado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Quilombo do Gurutuba pelo Comitê de Decisão Regional do Incra de Minas Gerais. Trata-se do primeiro e decisivo passo para que os gurutubanos, maior povo quilombola de Minas Gerais, conquistem a reintegração e a titulação das terras de seus ancestrais. Uma vitória que certamente virá, dada a sua determinação e a sua coragem.

Esta narrativa foi redigida por Gustavo Augusto Fonseca Silva, a partir do Laudo de Identificação e Delimitação Territorial do Quilombo do Gurutuba elaborado pelo antropólogo Aderval Costa Filho.

Todas as fotos utilizadas foram extraídas do Relatório Antropológico.

Uma palavra da comunidade do Gurutuba

Depois de tantos anos de lutas, dificuldades, conquistas, reconhecimento, ficamos na expectativa de que a qualquer momento possamos ter as nossas terras devolvidas, que é o nosso direito. Muitos dos que tiveram as suas terras tomadas já morreram, como o Sr. Julião Garcia e o Sr. Nicolau Quaresma. Atualmente temos enfrentado o grave problema de migração, principalmente de jovens, que, completando os 18 anos, estão se mudando para as grandes cidades devido às muitas dificuldades enfrentadas no campo. Chorando, vemos nossos filhos partirem de casa, de sua terra natal. Precisamos de projetos de geração de renda no campo para os jovens. Por isso estão sendo criadas associações quilombolas em todos os sete municípios que compõem o Gurutuba para facilitar o acesso às políticas públicas para quilombos junto aos governos federal, estadual e municipais.

Maior povo quilombola de Minas Gerais abrangendo três conjuntos de comunidades: Brejo dos Crioulos entre São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia. O Gurutuba com 32 comunidades entre os municípios de Catuti, Gameleira, Jaíba, Janaúba, Monte Azul, Pai Pedro e Porteirinha. E em 2009 na cidade de Janaúba as comunidades Vila Nova dos Poções, Jacarezinho, Paujeú, Lagoa Grande, Mundo Novo, Monte Alto I e II, que bravamente permaneceram na margem esquerda do Rio Gurutuba, foram certificadas pela Fundação Palmares. Existiam muitas outras comunidades gurutubanas ao longo da margem direita do rio, porém, com a implantação de um projeto de irrigação chamado “Colonização” na década de 70, essas comunidades quilombolas foram retiradas e destituídas.

O Rio Gurutuba sempre foi a vida e a maior riqueza do povo gurutubano. Uma das maiores tristezas para o povo hoje é que as águas do rio não chegam mais às comunidades quilombolas. Os projetos de irrigação só beneficiam os fazendeiros, que se acham no direito de

represarem clandestina e irregularmente a água do rio, impedindo que chegue até as comunidades. Além disso, enfrentamos as fortes secas que assolam todo o norte de Minas.

O povo gurutubano se destaca também pelo conjunto de características e expressões faladas não encontradas em nenhuma outra região do Brasil. Resultado da mistura de línguas africanas e indígenas integradas ao português, a ver pelo nome do rio. Conta-se que neste rio existiam muitos sapos conhecidos como *Kuruatuba* – sapo grande ou sapo *kururu*. CURUTUBA: “Cururu” = sapo e “tuba” = rio, então: rio dos sapos. Outra linha de significado é que a palavra “Gurutuba” seria derivada de “curú-tyba”: pedregal ou rio dos seixos e calhaus (pedregulhos). O nome Gorutuba, com “o”, resulta da escrita na língua portuguesa, mais usado quando se refere ao rio. E Gurutuba, com “u”, é mais usado quando se refere ao povo. As duas formas são comumente usadas. Famosas por serem fortes guerreiras batalhadoras que não desanimam frente às dificuldades são as mulheres, especialmente as mais velhas, que mais falam do jeito gurutubano de ser. Fato que precisa ser valorizado pelas escolas.



Faustina [à direita], primeira presidente da Associação do Gurutuba, e sua mãe, Dona Tumázia – Comunidade Picada, município de Pai Pedro.

Este texto foi escrito pela equipe de consulta com a participação das lideranças Edna Correia, da comunidade Santa Luzia/Canudos; Charles Quaresma, da comunidade Taperinha - Pai Pedro; Antônia Antunes, presidente da Associação do Gurutuba e Liobino Quaresma, vice-presidente.

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Wallace Santos, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques, Alexandre Sampaio
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Cláudia Marques Oliveira, Isabella G. Miranda, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

S586qg Silva, Gustavo Augusto Fonseca
O quilombo do Gurutuba / Gustavo Augusto Fonseca Silva. - Belo Horizonte : FAFICH, 2015.

16 p. (Terras de quilombos)
Baseado no relatório: Laudo de identificação e delimitação territorial do quilombo do Gurutuba de Aderval Costa Filho.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Costa Filho, Aderval. Laudo de identificação territorial do quilombo do Gurutuba. I. Título. II. Série.

CDD:306
CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.